

PERIÓDICO DE GEOPOLÍTICA E OCEANOPOLÍTICA

BOLETIM GEOCORRENTE

ISSN 2446-7014



**Operação “Highmast”: presença
Naval de Londres ao redor do globo**

ESTE E OUTROS 13 ARTIGOS NESTA EDIÇÃO

BOLETIM GEOCORRENTE

Nº 223 • 08 de Dezembro de 2025

O Boletim Geocorrente é uma publicação quinzenal do Núcleo de Avaliação da Conjuntura (NAC), vinculado à Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação (SPP) da Escola de Guerra Naval (EGN). O NAC acompanha a Conjuntura Internacional sob o olhar teórico da Geopolítica e da Oceanopolítica, a fim de fornecer mais uma alternativa para a demanda global de informação, tornando-a acessível e integrando a sociedade aos temas de segurança e defesa. Além disso, proporciona a difusão do conhecimento sobre crises e conflitos internacionais procurando corresponder às demandas do Estado-Maior da Armada.

O Boletim tem como finalidade a publicação de artigos compactos tratando de assuntos atuais de dez macrorregiões do globo, a saber: América do Sul; América do Norte e Central; África Subsaariana; Oriente Médio e Norte da África; Europa; Rússia e ex-URSS; Sul da Ásia; Leste Asiático; Sudeste Asiático e Oceania; Ártico e Antártica. Além disso, conta com a seção “Temas Especiais”, tratando sobre assuntos latentes das relações internacionais.

O grupo de pesquisa ligado ao Boletim conta com integrantes de diversas áreas do conhecimento, cuja pluralidade de formações e experiências proporcionam uma análise ampla da conjuntura e dos problemas correntes internacionais. Assim, procura-se identificar os elementos agravantes, motivadores e contribuintes para a escalada de conflitos e crises em andamento, bem como seus desdobramentos.

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Para publicar nesse Boletim, faz-se necessário que o autor seja pesquisador do Grupo de Geopolítica Corrente, do NAC e submeta seu artigo contendo até 400 palavras ao processo avaliativo por pares.

Os textos contidos neste Boletim são de responsabilidade exclusiva dos autores, não retratando a opinião oficial da EGN ou da Marinha do Brasil.

A publicação integral de qualquer artigo deste Boletim somente poderá ser feita citando expressamente autor e fonte, e colocando o link de redirecionamento para o artigo original.

Capa: [Navio-Aeródromo HMS "Prince of Wales", da Marinha Real Britânica](#)

Por: David Mackinnon

Fonte: Marine Traffic

CORRESPONDÊNCIA

Escola de Guerra Naval – Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação.
Av. Pasteur, 480 - Praia Vermelha – Urca – CEP 22290-255 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
TEL.: (21) 2546-9351 | E-mail: egn.nac@marinha.mil.br

Esta e as demais edições do Boletim Geocorrente, em português e inglês, poderão ser encontradas na [home page da EGN](#) e em nossa [pasta do Google Drive](#).

O NAC também está no [LinkedIn](#), acompanhem nossas postagens.

CONSELHO EDITORIAL

DIRETOR DA EGN

Contra-Almirante Gustavo Leite Cypriano Neves

SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO DA EGN

Contra-Almirante (RM1) José Luiz Ferreira Canela

EDITOR CHEFE

Capitão de Mar e Guerra (RM1) Leonardo F. de Mattos (EGN)

EDITOR CIENTÍFICO

Capitão de Mar e Guerra (RM1) William de Sousa Moreira (EGN)

EDITORES ADJUNTOS

Jéssica Germano de Lima Silva (EGN)

Noele de Freitas Peigo (Facamp)

Thayná Fernandes Alves Ribeiro (EGN)

Victor Eduardo Kalil Gaspar Filho (EGN)

COORDENAÇÃO DE PESQUISA

Pedro Nobre Vecchia (UFRJ)

DIAGRAMAÇÃO E DESIGN GRÁFICO

Kenzo Brites Yamaguti (UFRJ)

REVISÃO E TRADUÇÃO

Mancy Mylene Soares Sant'Ana (UFRJ)



ÁFRICA SUBSAARIANA

Franco Napoleão A. de Alencastro Guimarães (PUC-Rio)
Gabriel Francisco Castro Aguiar (UFRJ)
José Ricardo de Oliveira Araujo (UFRJ)
Kenzo Brites Yamaguti (UFRJ)
Luísa Barbosa Azevedo (UERJ)
Rafaela Marinho Gonzalez Machado (UFRJ)
Vanessa Passos Bandeira de Sousa (UERJ)

AMÉRICA DO SUL

Bruna da Silveira Eloy (UFRJ)
Fernanda Carvalho Calado Coutinho (UFF)
Gabriel Augusto Almeida da Silva (UFRJ)
Guilherme Demmer Knippenberg (UFSC)
Luciano Veneu Terra (UFF)
Maria Fernanda Santos Kerr (UERJ)
Matheus Moreira Alves (UERJ)
Pedro Emiliano Kilson Ferreira (Univ. de Santiago)

AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL

Julia Santos Soares (UFRJ)
Kaíke Ferreira Mota (UFRJ)
Taynah Pires Ferreira (UFF)
Rafael de Oliveira Maciel (UnB)
Victor Eduardo Kalil Gaspar Filho (EGN)
Yasmim Abril Monteiro Reis (San Tiago Dantas)

ÁRTICO & ANTÁRTICA

Gabriele Marina Molina Hernandez (UFF)
João Gabriel Teixeira de Oliveira (UFABC)
Letícia Caroline da Luz (EGN)
Nathália Magalhães Macedo (UFRJ)

EUROPA

Amanda Maciel Fraga Montoiro (UFRJ)
Emerson Luiz Bento dos Santos (UFRJ)
Guilherme Francisco Pagliares de Carvalho (UFF)
Lucas Salles Python Macedo (UFRJ)
Millene Sousa dos Santos (UFRJ)
Rafaela Caporazzo de Faria (UFRJ)

LESTE ASIÁTICO

Julia Monteiro Mello Fróes e Silva (Unilasalle-RJ)
Maria Carvalho Pinto Puccetti (UFRJ)
Maria Eduarda Araújo Castanho Parracho (UERJ)
Nina de Almeida Bonifacio Pereira (UERJ)
Philippe Alexandre Junqueira (UERJ)
Rodrigo Abreu de Barcellos Ribeiro (UFSC)
Thomas Dias Placido (UFSC)

ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

Eduardo El-Hader Fantini (UERJ)
João Gabriel Fischer Morais Rego (ECEME)
Maria Clara Vieira Schneider Vianna (UFRJ)
Melissa Rossi (Suffolk University)
Pedro Nobre Vecchia (UFRJ)
Vitória de França Fernandes (UNIRIO)

RÚSSIA & EX-URSS

Anna Laura Silveira Lengruber (UFRJ)
Gastão Menescal Carneiro Neto (Unilasalle - RJ)
José Gabriel de Melo Pires (ECEME)
Luiza Gomes Guitarrari (UFRJ)
Pedro Mendes Martins (ECEME)
Pérsio Glória de Paula (Saint Petersburg University)
Rafael Esteves Gomes (UFRJ)

SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA

Marcelle Torres Alves Okuno (UERJ)
Maria Gabriela Veloso Camelo (PUC-Rio)
Matheus Bruno Ferreira Alves Pereira (UFRJ)
Rafael Prisco Cabral (UFRJ)
Thayná Fernandes Alves Ribeiro (EGN)

SUL DA ÁSIA

Eduardo Araújo Mangureira (PUC-Rio)
Gabriel Parabela Heil (UFRJ)
Gabriela Siqueira Duarte dos Santos (UFRJ)
Lucas Mitidieri Oliveira Mendes (Paris Nanterre)
Maria Fernanda Császár Lima Ferreira (UFRJ)
Marina Araujo Rocha (UFF)

TEMAS ESPECIAIS

Gabriel Mendes Andrade (UERJ)
João Victor Marques Cardoso (UNIRIO)
Maria Elena Andrade Barbosa (EFOMM)
Raquel Torrecilha Spiri (UNESP)

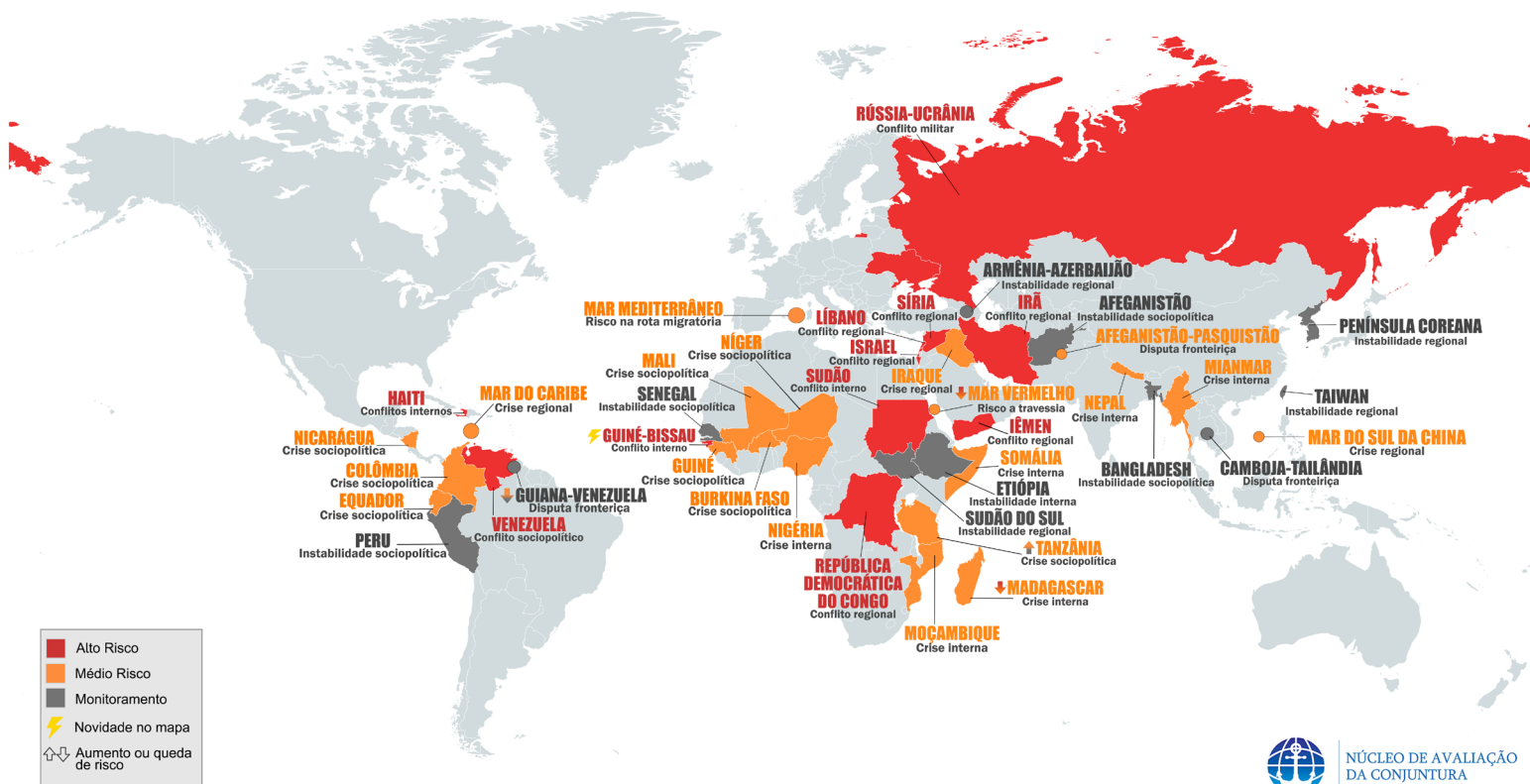


SUMÁRIO

<p>AMÉRICA DO SUL</p> <p>Porto de Posorja e a consolidação do Equador no tráfico transnacional de drogas.....5</p> <p>AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL</p> <p>EUA e Paquistão: a geopolítica dos minerais críticos e o Porto de Pasni como ativo estratégico6</p> <p>ÁFRICA SUBSAARIANA</p> <p>Os protestos eleitorais na Tanzânia e o fim de um exemplo de estabilidade7</p> <p>Protestos liderados pela juventude abalam a atual conjuntura política de Madagascar8</p> <p>EUROPA</p> <p>O pacote anual da União Europeia e o futuro da Defesa do bloco9</p> <p>Operação "Highmast": presença Naval de Londres ao redor do globo10</p> <p>ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA</p> <p>O Saara Ocidental: uma virada diplomática 11</p> <p>RÚSSIA & Ex-URSS</p> <p>As negociações de paz no conflito russo-ucraniano12</p> <p>Os ataques ao setor energético russo e o conflito na Ucrânia.....13</p>	<p>LESTE ASIÁTICO</p> <p>A China e o desenvolvimento do caça de sexta geração "J-36": a corrida pela Supremacia Aérea13</p> <p>SUL DA ÁSIA</p> <p>Paquistão, China e perspectivas para o Plano Marítimo 2025-202914</p> <p>SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA</p> <p>A expansão do escopo militar de Manila e Washington15</p> <p>ÁRTICO & ANTÁRTICA</p> <p>O Corredor Ártico: do bloqueio Naval moderno ao risco ambiental16</p> <p>TEMAS ESPECIAIS</p> <p>A geopolítica por trás do <i>roadmap</i> global dos combustíveis fósseis17</p> <p>Artigos Selecionados & Notícias de Defesa..... 18</p> <p>Calendário Geocorrente..... 18</p> <p>Referências..... 19</p> <p>Mapa de Riscos..... 20</p>
---	---

PRINCIPAIS RISCOS GLOBAIS

Por: Matheus Moreira



Para mais informações acerca dos critérios utilizados, acesse a página 20

Porto de Posorja e a consolidação do Equador no tráfico transnacional de drogas

Taynah Pires Ferreira

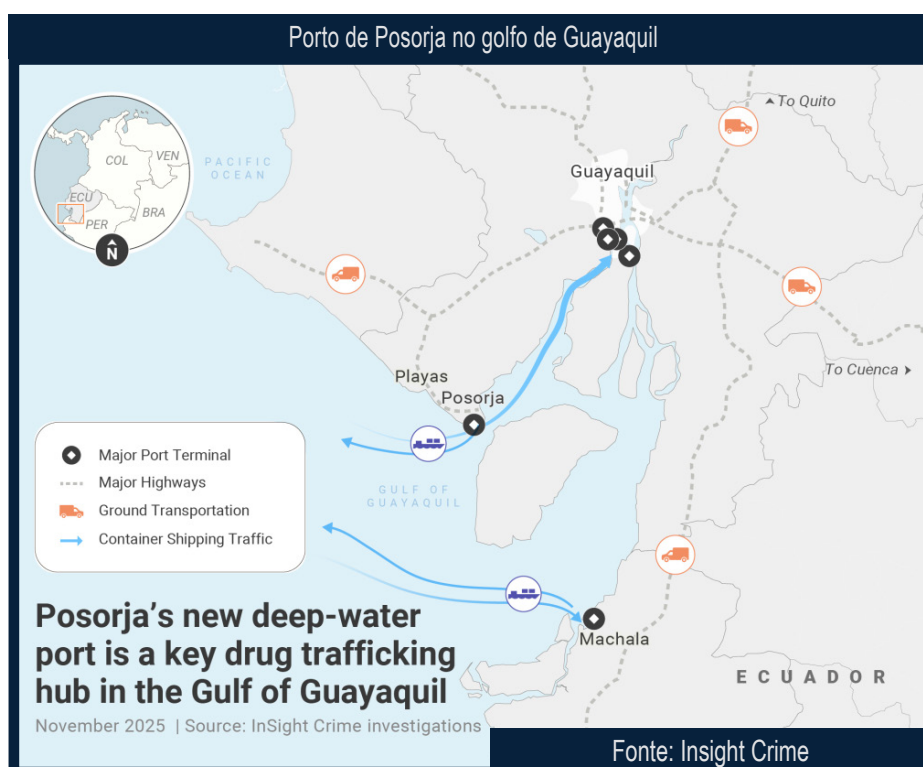
O Porto de Posorja, no Equador, foi apontado como o porto mais eficiente das Américas do Sul, Central e do Caribe entre os anos de 2020 e 2024, pelo relatório publicado pelo Banco Mundial e pela S&P Global. Contudo, observa-se que se elevaram os índices de criminalidade no entorno do porto devido à atuação de grupos narcotraficantes, que se utilizam do comércio de commodities para escoar a cocaína produzida na Colômbia e no Peru até a Europa. Logo, indaga-se: como o narcotráfico se utiliza das estruturas portuárias de Posorja para realizar suas atividades e quais são os seus impactos para o Equador?

A vila de Posorja, a 120 km de Guayaquil, destaca-se no contexto equatoriano pela sua infraestrutura portuária robusta. Inaugurado em 2019, o porto é o primeiro de águas profundas do país, com capacidade de receber embarcações “Post Panamax”, habilitadas para transportar um número maior de contêineres, atendendo assim às crescentes demandas do comércio marítimo global. Adicionalmente, o terminal dispõe de um parque industrial e logístico integrado às suas operações, ampliando a competitividade do Equador no setor. Em termos de segurança, o porto foi projetado para mitigar atividades criminosas de natureza logística, por meio do monitoramento constante das estradas do entorno, do uso de controles biométricos, do escaneamento das cargas

exportadas e do emprego de cães para detectar a presença de ilícitos.

Contudo, os esforços realizados foram insuficientes para conter as atividades de grupos narcotraficantes. Consta-se o estabelecimento de uma dinâmica criminal, na qual as infraestruturas de Posorja foram cooptadas para realizar o escoamento de cocaína até a Europa. A substância ilícita é ocultada nos carregamentos de produtos perecíveis ou no interior dos contêineres. Em 2024, cerca de 15,4 toneladas do ilícito foram interceptadas pelas autoridades locais, triplicando o volume registrado em 2023. Como resultado, Posorja converteu-se em um dos principais hubs logísticos do tráfico de cocaína da América do Sul, tendo como principais destinos Alemanha, Bélgica e Espanha, segundo dados da Europol.

Por fim, compreende-se que a atual situação do Porto de Posorja contribui para a instabilidade sociopolítica e securitária que aflige o Equador. Por conseguinte, percebe-se o transbordamento da violência para setores estratégicos do país, pondo em risco, inclusive, a segurança das operações do terminal. Logo, apesar da compreensão da natureza estrutural do problema, pontua-se a necessidade de fortalecimento do sistema aduaneiro equatoriano em conjunto com operações policiais de inteligência e combate ao narcotráfico na região.



EUA e Paquistão: a geopolítica dos minerais críticos e o Porto de Pasni como ativo estratégico

Rafael Maciel

Em setembro de 2025, a US Strategic Metals firmou um memorando de entendimento com a paquistanesa Frontier Works Organization de US\$ 500 milhões para cooperação no setor de minerais críticos. O acordo busca viabilizar a construção de uma refinaria no Paquistão destinada à produção de bens semiacabados e acabados que atendam à crescente demanda do mercado estadunidense. Esse movimento integra a estratégia dos Estados Unidos da América (EUA) de diversificar o abastecimento de minerais críticos fora da China. Diante desse contexto, surge a questão de como o Porto de Pasni pode influenciar a posição estratégica do Paquistão nas relações com Washington e Pequim.

Paralelamente ao acordo mineral, Islamabad propôs aos EUA o desenvolvimento conjunto de um Porto em Pasni, no Mar da Arábia, situado a cerca de 100 quilômetros de Gwadar, porto financiado pela China e incorporado à Iniciativa Cinturão e Rota. O projeto prevê também ligações ferroviárias com importantes regiões mineradoras do país. Com isso, o Paquistão busca criar uma nova rota de escoamento para minerais críticos, atrair investimentos em infraestrutura e ampliar sua inserção em cadeias globais de valor relacionadas a setores de alta tecnologia.

A proposta de cooperação em Pasni dialoga com os

esforços estadunidenses de reduzir vulnerabilidades em cadeias dominadas pela China. Washington tem expandido parcerias com países ricos em minerais críticos, como a República Democrática do Congo, as Filipinas e a Tanzânia, e vê no Paquistão a possibilidade de integrar capacidade logística portuária a uma nova cadeia de fornecimento. Além disso, o interesse dos EUA pela região reforça sua presença no entorno do Golfo de Omã e do Estreito de Ormuz, áreas de importância estratégica para o fluxo energético global. Para Islamabad, a iniciativa representa uma oportunidade de diversificar parceiros e explorar seu potencial geoeconômico em um cenário de crescente competição entre grandes potências.

A atual reaproximação entre os EUA e o Paquistão reflete uma tentativa mútua de redefinir papéis estratégicos diante da reconfiguração geoeconômica global. Para Washington, fortalecer os laços com Islamabad oferece a oportunidade de diversificar o acesso a minerais críticos e reduzir a dependência de cadeias dominadas pela China, além de ampliar sua influência no Sul da Ásia. Para Islamabad, a parceria representa uma via de revitalização econômica e de inserção em cadeias de valor de alta tecnologia, embora imponha o desafio de equilibrar as relações com Pequim e preservar sua autonomia estratégica.



Os protestos eleitorais na Tanzânia e o fim de um exemplo de estabilidade

Franco Alencastro

A eleição de 29 de outubro de 2025 na Tanzânia serviu como estopim de uma convulsão política que já dura semanas no país, tendo resultado em dezenas de mortos, de acordo com fontes internacionais. Assim, questiona-se: qual a contribuição do pleito para a escalada de violência no país e quais são as perspectivas futuras?

A campanha eleitoral deste ano ocorreu em meio a críticas da oposição por um suposto favorecimento das instituições de fiscalização eleitoral ao partido da incumbente Samia Suluhu Hassan, o Partido da Revolução (CCM). Em abril, o principal partido de oposição, o Partido da Democracia e Progresso — mais conhecido como Chadema —, foi proibido de participar das eleições, após suas lideranças não assinarem um código de conduta publicado pela comissão eleitoral do país. Houve também restrição às atividades de observadores e jornalistas estrangeiros. Com a oposição desmobilizada, Suluhu Hassan obteve uma vitória expressiva na eleição, conquistando aproximadamente 98% dos votos válidos, percentual que levou os opositores a denunciarem fraude.

Os primeiros protestos contra a eleição de Suluhu Hassan ocorreram já no dia da votação e tiveram como mote a exclusão do Chadema do pleito. A repressão violenta aos manifestantes foi explorada pelo Chadema, apontando que o enfrentamento resultou em pelo menos duas mil mortes, número ainda não confirmado. A

repercussão internacional dos protestos foi imediata, visto que representantes do Canadá e do Reino Unido manifestaram preocupação com o elevado número de mortos decorrente dos protestos. Além disso, a condução do processo eleitoral também foi duramente criticada por representantes da União Europeia, que a caracterizam como “injusta e autoritária”.

A concentração de poder por Suluhu Hassan e a violência empregada por seu governo contribuem para deteriorar a imagem internacional da Tanzânia, considerada como um país relativamente estável no contexto regional. Um elemento agravante dos protestos foi a restrição, no dia da eleição, ao acesso às redes sociais. Isso coloca os protestos na Tanzânia em um ponto de contato com manifestações populares recentes em que as redes sociais e a tentativa do governo de controlá-las constituíram um elemento impulsionador da mobilização popular, como na Indonésia, em Madagascar e no Nepal.

O contraste entre um governo cada vez mais centralizador e uma população jovem e acostumada à livre troca de informações e experiências, sem intermédio da mídia tradicional, configura uma realidade em muitos países. No contexto da Tanzânia, um quadro político já tensionado tende a agravar-se diante dessa combinação volátil, especialmente pelo envolvimento de jovens impactados digitalmente por experiências semelhantes em outros países.



Protestos liderados pela juventude abalam a atual conjuntura política de Madagascar

Gabriel Castro

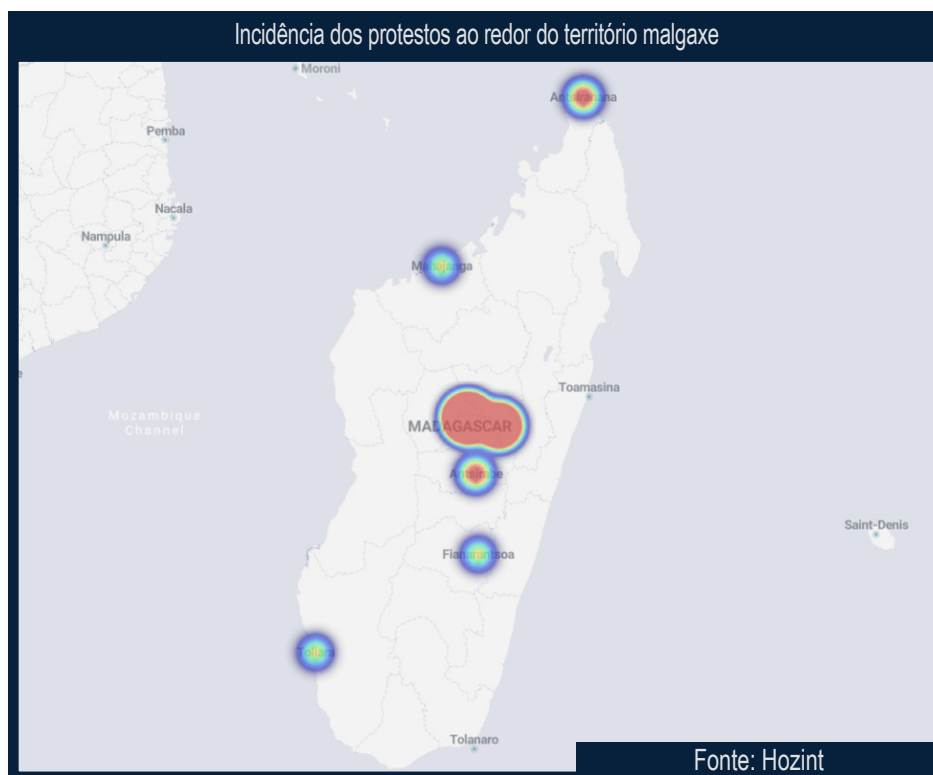
Próximo ao início de outubro de 2025, iniciaram-se protestos em Madagascar, com foco inicial na exigência de melhorias nas condições de saneamento e na infraestrutura elétrica do país. Com a continuidade das mobilizações, novas demandas foram incorporadas, assumindo um caráter antigoverno e contando com a adesão de organizações mais tradicionais da sociedade civil, como sindicatos, o que levou à deposição do Presidente Andry Rajoelina e sua posterior fuga do país, em meados de outubro. Tendo em vista o impacto desses protestos na sociedade malgaxe, há de se questionar quais são suas origens e se estes atingiram seus objetivos.

A principal força conduzindo os protestos foi o movimento “Gen Z Madagascar”, formado majoritariamente por jovens e inspirado por movimentos semelhantes ao redor do mundo, a exemplo dos do Marrocos e do Nepal. O grupo defende uma ruptura com um modelo tradicional dito “corrompido”, em prol de um modelo democrático mais justo, posicionando-se contra problemas estruturais, tais como a corrupção sistemática, a desigualdade, as fragilidades no sistema educacional e a dificuldade de acesso a serviços básicos pela população. Antes da deposição, o ex-presidente Andry Rajoelina tentou uma aproximação com os manifestantes, convidando-os repetidamente para negociações e procurando atender algumas demandas de ruptura com o atual sistema, por

meio de ações como a dissolução do Parlamento. No entanto, a posição dos manifestantes manteve-se firme, exigindo a renúncia e persecução penal do agora ex-mandatário. Com a queda de Rajoelina, o poder foi assumido por uma unidade militar, sob a liderança de Michael Randrianirina, coronel do Exército de Madagascar, com a justificativa de manter a ordem e conduzir uma transição para um novo governo civil.

Tendo em vista os objetivos traçados pelos manifestantes, há de se considerar que estes foram parcialmente bem-sucedidos. Apesar da deposição de Rajoelina, dúvidas pairam sobre a capacidade do governo de transição de estabelecer um regime democrático, levando em consideração, por exemplo, o longo prazo, de inicialmente dois anos, para a realização de novas eleições e a descrença inicial de organizações internacionais, como as Nações Unidas, que repudiaram o golpe. No entanto, o movimento “Gen Z” mostra-se favorável ao governo de transição.

Em síntese, o “Gen Z Madagascar” demonstrou, a partir de seu poder de mobilização popular, possuir força relevante sobre os rumos do país, implicando mudanças concretas na conjuntura política. Por outro lado, ainda existem dúvidas sobre a capacidade do movimento de implementar sua ambiciosa agenda de reformas, especialmente agora que outros atores assumiram a liderança do país.



O pacote anual da União Europeia e o futuro da Defesa do bloco

Rafaella Caporazzo

No dia 04 de novembro, a Comissão Europeia se reuniu em Bruxelas na Cúpula sobre o pacote anual de alargamento da União Europeia (UE), que incluiu pela primeira vez 09 países e uma região autônoma como candidatos à adesão: Albânia, Bósnia e Herzegovina, Geórgia, Kosovo, Macedônia do Norte, Montenegro, República da Moldávia, Sérvia, Turquia e Ucrânia. O fortalecimento das capacidades de Defesa dos países candidatos beneficia tanto os aspirantes quanto os atuais Estados-membros da UE, ao reforçar a segurança e a estabilidade de longo prazo, bem como abrir espaço para investimentos estratégicos e maior integração ao Mercado Único. Diante disso, questiona-se como o pacote de alargamento pode afetar o bloco, tendo em vista a atual infraestrutura e a base industrial de defesa (BID) da Europa.

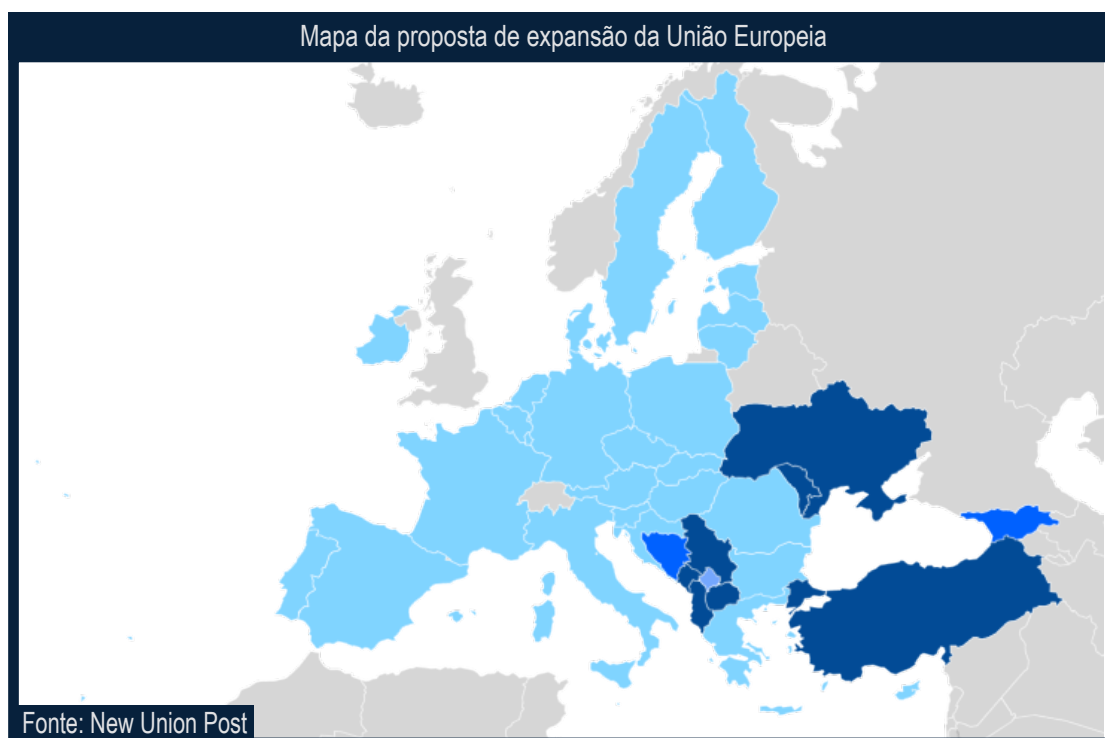
A priori, entende-se que o pacote anual contribui para a segurança e a estabilidade europeias ao avaliar o progresso político e institucional dos países candidatos, reforçar o Estado de Direito, a governança democrática e o alinhamento das políticas externas e de segurança à Política Comum de Segurança e Defesa da UE (PCSD).

Isso porque, no plano de “Prontidão 2030” ([Boletim 212](#)), lançado em março de 2025 pela Comissão Europeia, foram definidas prioridades de investimento, como a interoperabilidade militar, a modernização de capacidades e o fortalecimento da BID. Essas diretrizes

orientam o uso eficiente dos recursos dos Estados-membros e também evidenciam o que os países candidatos podem agregar à UE: forças armadas mais alinhadas aos padrões do bloco e uma contribuição reforçada para a segurança coletiva. Essa influência nos gastos com Defesa tende a ajustar as estratégias de aquisição europeias, com maior preferência por fornecedores do bloco, maior padronização de equipamentos e expansão de projetos conjuntos.

Em paralelo, esse alinhamento também pode beneficiar a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), ao ampliar o número de países com instituições estáveis e forças armadas compatíveis com padrões euro-atlânticos. Contudo, o processo de expansão traz desafios operacionais e financeiros, ao exigir maior coordenação e investimentos adicionais para preservar a eficiência do sistema de Defesa europeu.

Portanto, pode-se concluir que o alargamento da UE pode fortalecer a estrutura de Defesa do continente, ao ampliar a integração política, a coerência estratégica e a interoperabilidade das forças armadas entre Estados-membros e países candidatos. Por outro lado, essa expansão também pode pressionar a capacidade institucional e os recursos necessários para garantir equilíbrio e eficiência no sistema de Defesa europeu.



Operação “Highmast”: presença Naval de Londres ao redor do globo

Guilherme Carvalho

A Operação “Highmast”, iniciada em abril de 2025, constitui a principal demonstração recente da projeção Naval britânica. Liderada pelo navio-aeródromo HMS “Prince of Wales”, a missão percorre o Mediterrâneo e o Indo-Pacífico com o objetivo declarado de reforçar a prontidão militar e aprofundar parcerias estratégicas. Em uma implantação multinacional que envolve cerca de uma dezena de países, Londres busca afirmar seu papel na proteção de rotas marítimas vitais e sustentar a estratégia Global Britain (“Reino Unido Global”), que combina Defesa, economia e diplomacia. Nesse contexto, questiona-se quais são as implicações políticas e estratégicas de tal operação.

O escopo da “Highmast” é amplo. O governo britânico a descreve como uma demonstração de capacidade expedicionária, integrando exercícios de grande escala com aliados europeus e asiáticos. Entre eles, destacam-se o “Talisman Sabre”, na Austrália, e o “Konkan-2025”, com a Índia, ambos voltados à interoperabilidade e ao reforço de um “Indo-Pacífico livre e aberto”. Londres afirma que a região é essencial tanto para o comércio global quanto para sua segurança nacional. No Mediterrâneo, a Força operou com a França, a Grécia, a Itália e outros parceiros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), ampliando a coordenação aérea e Naval.

A operação tem, também, forte dimensão diplomática. A participação do Canadá, da Espanha, da Noruega e de

outros aliados europeus reafirma o compromisso do Reino Unido com a segurança euro-atlântica. Ao mesmo tempo, exercícios no Mar do Japão, em Guam e no Mar do Sul da China aproximam Londres de Austrália, Índia e Japão, respectivamente, consolidando uma presença que transcende o escopo tradicional da OTAN.

As reações de potências rivais, porém, indicam que a “Highmast” não passou despercebida. A China acompanhou de perto o grupo de ataque e realizou manobras aéreas classificadas como hostis por oficiais britânicos. Paralelamente, China e Rússia realizaram exercícios navais conjuntos no Pacífico, numa resposta simbólica ao aprofundamento da presença ocidental na região. Essas ações sinalizam que a operação britânica é interpretada por Pequim e Moscou como parte de um movimento mais amplo de contenção estratégica.

No plano geopolítico, a “Highmast” reforça a ideia de que os espaços euro-atlântico e indo-pacífico são interdependentes. Para Londres, demonstrar capacidade no Pacífico fortalece sua posição na OTAN e amplia sua influência no tabuleiro global. Contudo, a crescente vigilância e a retórica de potências rivais evidenciam os limites e riscos de uma presença militar ampliada. Em síntese, a “Highmast” projeta poder, consolida alianças e reafirma o papel britânico como ator global — mas também revela um ambiente internacional marcado por competição estratégica crescente.



O Saara Ocidental: uma virada diplomática

Vitória França

A questão do Saara Ocidental tem sido, ao longo de cinco décadas, um dos principais focos de tensão entre Argélia e Marrocos. O impasse se estabeleceu em 1975, após a retirada espanhola, quando o confronto entre o Reino do Marrocos e a Frente POLISÁRIO evoluiu para um conflito armado encerrado apenas em 1991. Mesmo com a interrupção das hostilidades, o processo político permaneceu bloqueado. Em 2007, Rabat apresentou um plano de autonomia, enquanto a POLISÁRIO manteve a exigência de um referendo. Nesse contexto, em 31 de outubro de 2025 houve uma votação do Conselho de Segurança da ONU que classificou o plano marroquino como a “solução mais viável”. Assim, o que realmente significa essa guinada internacional?

A decisão ocorreu após anos de crescente apoio internacional ao plano de autonomia e busca redefinir as bases para lidar com a situação do povo saaraui, historicamente apoiado pela Argélia ([Boletim 218](#)). Ao destacar a proposta marroquina como solução principal, o Conselho rompeu com o equilíbrio anteriormente mantido entre os interesses dos dois países e alinha-se ao posicionamento estadunidense de apoio ao Marrocos. A resolução também desloca o foco da negociação ao afastar, na prática, a possibilidade de um referendo, privilegiando um modelo de autonomia alinhado ao projeto marroquino de regionalização. Com isso, a votação não apenas altera o enquadramento diplomático da questão, mas também molda a base

política sobre a qual futuras negociações deverão ocorrer.

Em um contexto mais amplo, a Argélia enfrenta crescente pressão externa e regional. O rompimento de relações com o Marrocos em 2021 e o isolamento no Sahel fragilizaram sua posição, ainda que se mantenha como importante fornecedor de gás. Enquanto Rabat consolida ganhos diplomáticos, Argel adota uma postura majoritariamente reativa e depende de incentivos para reequilibrar sua posição negociadora. Ademais, cabe ressaltar que a forte defesa da resolução pelos Estados Unidos também reflete o interesse do governo Donald Trump em registrar uma vitória na sua política de “pacificação”, reforçando o impacto geopolítico da votação.

Diante desse quadro, a votação expõe os limites estruturais que moldam as posições dos dois países. A monarquia marroquina ancora sua legitimidade na integridade territorial e trata o plano de autonomia como sua oferta máxima. A Argélia, por sua vez, sustenta seu regime na defesa da autodeterminação e na contenção do que percebe como ambições marroquinas. Assim, o significado da votação reside em evidências de que, apesar do novo impulso internacional, qualquer avanço real dependerá de um acordo capaz de acomodar essas questões e, sobretudo, de oferecer uma solução politicamente sustentável e justa para a população saaraui.



DOI 10.21544/2446-7014.n223.p11

As negociações de paz no conflito russo-ucraniano

Rafael Esteves Gomes

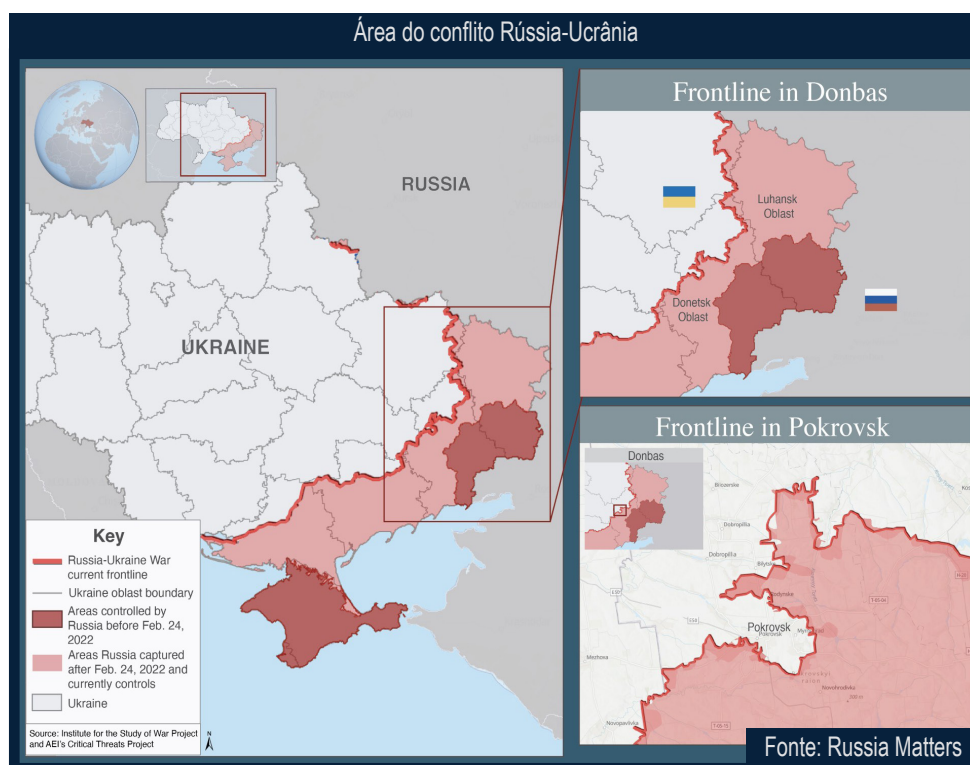
Desde o início das hostilidades entre Rússia e Ucrânia, ambos buscaram uma resolução diplomática e negociada para o conflito. Dessa forma, diversos atores extrarregionais se envolveram na mediação de encontros entre as delegações das duas partes beligerantes, entre eles os Estados Unidos da América (EUA). Em 2025, com o segundo mandato de Donald Trump, os EUA passaram a engajar-se diretamente, buscando uma solução diplomática, principalmente após o lançamento da proposta dos 28 pontos para a paz na Ucrânia em meados de novembro de 2025. Assim, questiona-se: quais são as possíveis mudanças na dinâmica do conflito russo-ucraniano e da segurança europeia diante das recentes negociações de paz?

No início da invasão russa, em 2022, Rússia e Ucrânia fizeram diversas rodadas de negociações, que cessaram à medida que o conflito se intensificou, com ambos buscando vantagens militares e políticas no campo de batalha para se posicionar melhor nas negociações. Porém, a volta de Donald Trump à Casa Branca em 2025 alterou o rumo dessa dinâmica, com o presidente estadunidense negociando diretamente com a Rússia os termos de um possível acordo de paz, relegando à Ucrânia um papel secundário. Isso se evidencia com o lançamento dos 28 pontos para a paz na Ucrânia, que atendem parcialmente às demandas de Moscou, como a cessão de

Donetsk e Lugansk à Rússia.

Esse cenário de exclusão da Ucrânia das negociações e de um possível acordo que favoreça as demandas russas gerou preocupações tanto em Kiev quanto em membros europeus da Organização do Tratado do Atlântico Norte. Por parte dos ucranianos, a perspectiva de que os EUA aceitem os termos russos enfraquece o governo do Presidente Volodymyr Zelensky, que busca conter os avanços de Moscou e, ao mesmo tempo, demonstrar a importância das demandas da Ucrânia para a construção de uma paz duradoura. Em relação aos demais países europeus, há um entendimento de progressivo afastamento dos EUA da política europeia, o que pressiona os respectivos governos a desenvolverem de forma autônoma suas indústrias militares e relações exteriores.

Diante disso, conclui-se que a mudança de paradigma dos EUA com relação ao conflito russo-ucraniano e à Europa vem provocando transformações na dinâmica regional europeia. No atual contexto, a perspectiva de que as demandas de Moscou sejam atendidas denota um afastamento dos EUA da política europeia, a qual vem se reestruturando diante dos avanços militares e diplomáticos da Rússia. Por fim, essa conjuntura enfraquece o regime ucraniano e, conseqüentemente, seus respectivos termos para a paz.



A economia russa atinge um novo ponto de tensão, marcado pela perspectiva de recessão e contração das receitas de setores vitais. Embora o país se posicione como um ator relevante no mercado energético global, enfrenta simultaneamente o acirramento das sanções ocidentais e a ampliação de ataques contra instalações de energia estratégicas. Esse conjunto de fatores tem pressionado tanto o orçamento quanto a capacidade operacional russas. Diante disso, este artigo analisa os efeitos das pressões comerciais e militares sobre a estabilidade interna russa no curto prazo.

Desde 2024, a Ucrânia intensificou os ataques ao setor energético russo, buscando pressionar sua produção e, indiretamente, reduzir o financiamento do complexo industrial militar russo. Em novembro de 2025, novos ataques interromperam momentaneamente operações em polos de exportação e produção de óleo e gás, como o porto de Novorossiysk, no Mar Negro, e o complexo de refino de Ryazan, um dos maiores ativos da Rosneft. Apesar dos crescentes ataques com drones e mísseis de cruzeiro, a redução acumulada de capacidade de refino permaneceu abaixo de 3%.

Mesmo com impacto limitado, a redução na taxa de refino levou Moscou a manter restrições à exportação de gasolina e diesel, buscando recompor estoques internos e conter preços domésticos. As restrições, no entanto, podem aprofundar a queda das receitas petrolíferas, que recuaram 21% em relação a 2024, e tendem a ser

ainda mais afetadas pelas sanções dos Estados Unidos da América às maiores exportadoras de petróleo russas — Lukoil e Rosneft — responsáveis pelo envio de cerca de 3 milhões de barris por dia.

No campo militar, os ataques ucranianos e as sanções contra o setor energético ainda não produziram efeitos capazes de reverter a dinâmica do conflito. A Rússia mantém avanços graduais em eixos estratégicos no Donbass, como em Pokrovsk e Myrnhrad, preservando a iniciativa operacional e impondo perdas acima da capacidade ucraniana de reposição. Internamente, a pressão sobre o setor energético tampouco gerou instabilidade socioeconômica significativa e, no curto prazo, essa abordagem coordenada permanece insuficiente para alterar o panorama do conflito.

Até o momento, a Rússia preserva seu ritmo gradual de avanços, sua funcionalidade operacional e relativa estabilidade socioeconômica, enquanto amplia descontos nos produtos petrolíferos para compensar riscos legais e logísticos decorrentes das sanções. Mesmo nesse cenário, a fragilidade do setor energético reforça preocupações existentes com o déficit orçamentário ([Boletim 220](#)) e com a possibilidade de um ambiente econômico mais adverso em 2026. No longo prazo, a combinação entre sanções e novos ataques tende a produzir efeitos cumulativos, embora ainda sejam incapazes de produzir uma inflexão estratégica no conflito.

DOI 10.21544/2446-7014.n223.p13.

LESTE ASIÁTICO

A China e o desenvolvimento do caça de sexta geração “J-36”: a corrida pela Supremacia Aérea

Júlia Fróes

Mídias sociais chinesas divulgaram recentemente um novo vídeo de teste do protótipo “J-36”, seu caça de sexta geração, revelando um design sem estabilizadores horizontais e com três motores. Este anúncio, o segundo em menos de um ano, evidencia a aceleração chinesa no desenvolvimento de tecnologias de guerra aérea avançadas. Mas tudo isso traz a questão: até que ponto a antecipação da operação dessas aeronaves, potencialmente antes dos Estados Unidos da América (EUA), pode alterar o equilíbrio de poder no Ásia-Pacífico?

O “J-36”, desenvolvido pela Chengdu Aircraft Industry Group, apresenta características que o diferencia das gerações anteriores: um raio de combate de até

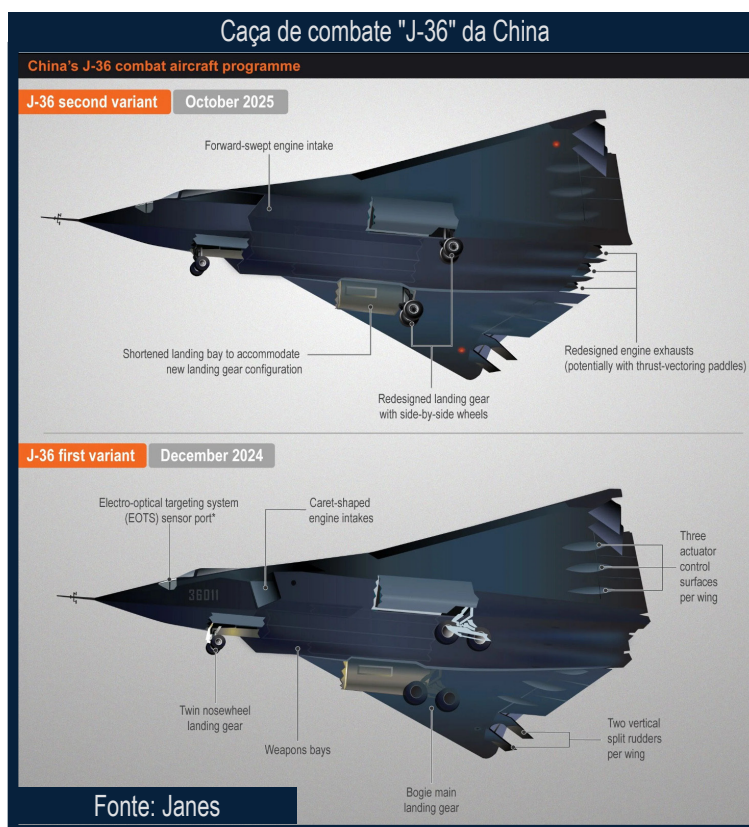
3.000 km, três motores com entradas de ar posicionadas de forma inovadora e um bocal de exaustão angulado para maior habilidade de manobra e furtividade. Segundo as fontes, essas modificações em relação ao primeiro protótipo visam maior estabilidade e eficiência operacional. Paralelamente, a Shenyang Aircraft Industry Group está desenvolvendo o “J-50”, indicando uma estratégia dupla para dominar a próxima geração do poder aéreo.

A projeção de que a China possa colocar estas aeronaves em serviço já em 2031 representa um marco significativo. Assim, esta vantagem temporal não é apenas simbólica; ela pode traduzir-se em superioridade operacional numa região crítica. O extenso raio de ação

do “J-36” pode ser empregado em operações de longo alcance no Pacífico Ocidental, por exemplo, ampliando a capacidade chinesa de projetar poder sobre rotas marítimas vitais e ilhas disputadas no Mar do Sul da China. Tal capacidade reforça a doutrina A2/AD (Negação de Acesso e Área de Interdição) de Pequim, dificultando a liberdade de movimento de forças rivais.

Tecnologicamente, estes caças representam uma mudança de paradigma. Eles funcionam como plataformas de comando e controle, integrando um "sistema de sistemas" com drones de combate. O piloto assume o papel de comandante aéreo, coordenando enxames de Veículos

Aéreos Não-Tripulados (UAVs, na sigla em inglês) para missões de vigilância, interferência eletrônica e ataque. Esta integração promete aumentar exponencialmente a letalidade, a resiliência e a consciência situacional no campo de batalha. Assim, a aceleração do programa “J-36” sinaliza uma disputa tecnológica de longo prazo, onde a velocidade de desenvolvimento pode se tornar tão crucial quanto a sofisticação final. A materialização desta vantagem chinesa pode, de fato, reconfigurar a arquitetura de segurança regional, desafiando a primazia aérea que os EUA mantiveram por décadas.



DOI 10.21544/2446-7014.n223.p13-p14.

SUL DA ÁSIA

Paquistão, China e perspectivas para o Plano Marítimo 2025-2029

Marina Araujo

Paquistão e China deram mais um passo no estreitamento de suas relações após o lançamento do Plano Marítimo 2025-2029. O Plano faz parte do Corredor Econômico China-Paquistão (CPEC, na sigla em inglês), que, por sua vez, integra a Iniciativa Cinturão e Rota da China. Entre as proposições estão a integração porto-aeroporto, promoção da sustentabilidade e da economia azul e investimento em tecnologia portuária. No centro do programa está o Porto de Gwadar, na província paquistanesa do Baluchistão, que deverá ser transformado em um hub regional, com a criação de um corredor econômico China-Gwadar-África. Questiona-se, portanto, quais serão os possíveis desafios e resultados desse empreendimento.

Em um primeiro momento, é importante considerar de que maneira a situação socioeconômica do Paquistão influencia a ampliação do CPEC. A divulgação do Plano Marítimo veio acompanhada da liberação de um orçamento adicional de 50 bilhões de rúpias paquistanesas para segurança e Defesa pelo Comitê de Coordenação Econômica (ECC, na sigla em inglês) do Paquistão. O reforço orçamentário sinaliza a preocupação com a vulnerabilidade no entorno de Gwadar, já que a província do Baluchistão é lar de grupos insurgentes com agenda separatista, como o Exército de Libertação do Baluchistão (BLA, na sigla em inglês) e a Frente de Libertação do Baluchistão (BLF, na sigla em inglês). Ambos os grupos conduzem ataques constantes

contra ativos estratégicos do CPEC, como no caso de março de 2024, no qual oito militantes armados invadiram o complexo da Autoridade do Porto de Gwadar, sendo mortos após confronto com forças de segurança — ataque posteriormente reivindicado pela ala Majeed Brigade do BLA.

A efetivação do Plano Marítimo também evidencia a ambição do Paquistão de se posicionar como um importante elo comercial no Oceano Índico. Mais de 25 mil novos empregos são esperados até 2027 apenas em Gwadar, enquanto treinamentos em capital humano para pesca, aquacultura, logística e projetos turísticos também serão implementados. Para Islamabad, essas iniciativas também representam uma oportunidade de diversificar parceiros econômicos e contornar a histórica

dependência dos Estados Unidos da América, substituindo-a por uma inserção mais profunda na cadeia logística sino-asiática. No entanto, esse avanço ocorre em paralelo a um endividamento crescente, já que 30% da dívida externa do Paquistão corresponde a compromissos bilaterais com a China.

Diante disso, a expansão do CPEC assume um caráter ambivalente: embora eleve a importância estratégica do Paquistão no comércio indo-oceânico, também aumenta o risco de dependência estrutural do capital chinês. A sustentabilidade econômica do projeto dependerá, portanto, da capacidade do governo paquistanês de transformar os investimentos portuários em receitas efetivas e não apenas em novas obrigações financeiras.



DOI 10.21544/2446-7014.n223.p14-p15.

SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA

A expansão do escopo militar de Manila e Washington

Gabriela Veloso

A nova Força-Tarefa EUA-Filipinas representa mais um passo na institucionalização da aliança entre os dois países e reflete a crescente determinação de Manila em modernizar suas capacidades militares e estabelecer uma dissuasão mais robusta na região do Mar do Sul da China.

A principal motivação filipina para a criação da Força-Tarefa está ligada ao desejo de gerenciar as respostas às ações e à crescente presença da China nas águas disputadas. O Secretário de Defesa filipino, Gilberto Teodoro, enfatizou que esse novo arranjo entre o

Comando Indo-Pacífico dos EUA e as Forças Armadas das Filipinas visa “convergir todas as atividades bilaterais”, sinalizando um compromisso com uma integração militar mais profunda. Esta institucionalização é vista como crucial para reafirmar a Manila o compromisso militar de longo prazo de Washington, especialmente considerando as possíveis mudanças políticas internas a curto prazo.

A nova Força-Tarefa — que inclui o recém-ativado Comando Estratégico militar filipino — representa uma expansão substancial em comparação com sua antecessora, a Força-Tarefa “Ayungin”. A Força-Tarefa “Ayungin”

estava focada principalmente no apoio às missões de reabastecimento no recife submerso Second Thomas Shoal, nas Ilhas Spratly, onde os militares filipinos mantêm uma guarnição em um navio propositalmente encalhado para afirmar a soberania. Já a nova Força tem um escopo muito mais amplo: cobrirá todo o arquipélago filipino e suas fronteiras marítimas, assim como será capaz de lidar com todos os domínios da guerra. A base da Força-Tarefa em Camp Aguinaldo, próximo a Manila, é vista como uma melhoria operacional.

Manila está ativamente reunindo outros países com ideias semelhantes não apenas para apoiar sua posição nas disputas do Mar do Sul da China, mas também para aumentar seu engajamento bilateral e multilateral na região. Outras ações incluem um plano de ação para modernizar as capacidades militares filipinas e esforços

para aprofundar a cooperação industrial de Defesa, como a coprodução de munições. A nova Força-Tarefa, embora inicialmente bilateral, tem potencial para ser uma estrutura embrionária para algo maior, incorporando oficiais de ligação desses países que já possuem pactos de forças visitantes (VFAs, sigla em inglês) com as Filipinas.

A criação desta nova Força-Tarefa é vista por Manila como um mecanismo crucial para garantir apoio militar contínuo dos EUA, otimizar a capacidade de resposta em crises de rápida evolução em todo o arquipélago, modernizar o aparato de Defesa e solidificar a aliança contra a coerção de Pequim. Assim, será preciso demonstrar a coesão da força e empregá-la de maneira que alivie, em vez de escalar, crises potenciais.

DOI 10.21544/2446-7014.n223.p15-p16.

ARTIGO & ANTÁRTICA

O Corredor Ártico: do bloqueio Naval moderno ao risco ambiental

Leticia da Luz

A Rota do Mar do Norte (NSR, na sigla em inglês) encontra-se em um momento de tensão no século XXI. Enquanto o aquecimento global acelera o derretimento do gelo marinho, abrindo janelas de navegação inéditas, a geopolítica ergue novas barreiras. O que a Rússia projetava como uma nova artéria vital para o comércio global tornou-se, na prática, um corredor isolado, onde as ambições de uma superpotência energética colidem com a realidade de um isolamento econômico crescente. Neste cenário, a questão central que orienta esta análise é: de que forma as sanções impostas pelo Ocidente transformaram a NSR em um vetor de risco ambiental iminente, em vez de uma via comercial global estável?

A exclusão da Rússia dos mercados ocidentais configura o que pode ser descrito como um “bloqueio Naval moderno”, uma barreira imposta não por navios de guerra, mas pela “interdependência armada” de ecossistemas financeiros e regulatórios. Ao sancionar os “nós” críticos da economia global, como o financiamento, os seguros marítimos e as sociedades de classificação de navios, o Ocidente cortou o acesso da Rússia à infraestrutura invisível que sustenta o comércio marítimo internacional. Este bloqueio administrativo forçou Moscou a substituir parceiros tecnológicos e de capital, voltando-se para a China. Contudo, essa substituição gerou uma interdependência assimétrica, enquanto a

rota é vital para a Rússia exportar os seus recursos energéticos, para Pequim ela funciona apenas como uma opção secundária, conferindo à China uma alavancagem estratégica.

Para contornar este cerco regulatório e manter o fluxo de petróleo para o Oriente, a Rússia recorreu a uma improvisação logística de alto risco com uma “frota fantasma”. Composta por navios-tanque envelhecidos, muitos com mais de 20 anos e sem classificação para gelo adequada, essa frota opera sob bandeiras de conveniência e sem seguros internacionais, navegando muitas vezes com sistemas de rastreamento desligados. Estas embarcações são descritas como “bombas-relógio flutuantes”. A ausência de certificação de segurança e a incapacidade de resposta a derramamentos de óleo em águas polares sensíveis tornam o risco ambiental extremo, transformando a navegação no Ártico em uma aposta ecológica perigosa, mantida apenas para assegurar a viabilidade econômica das exportações russas.

Em suma, a NSR evoluiu para um corredor de nicho, mantido não por regras duradouras, mas por “resiliência sob restrição” e improvisação russa. Assim, o bloqueio naval moderno imposto pelas sanções não parou os volumes de carga, mas alterou fundamentalmente a natureza do tráfego: de uma promessa de rota

global segura para um canal “russificado” e opaco. O custo desta adaptação é a exposição contínua a riscos ambientais catastróficos, em que um único acidente com

a frota fantasma pode comprometer de forma duradoura a legitimidade internacional da rota, fechando as janelas políticas que o clima, ironicamente, ajudou a abrir.



DOI 10.21544/2446-7014.n223.p16-17.

TEMAS ESPECIAIS

A geopolítica por trás do *roadmap* global dos combustíveis fósseis

João Victor Marques Cardoso

O debate na agenda climática sobre o futuro dos combustíveis fósseis está amadurecendo, ainda que tardiamente. O consenso firmado no Acordo de Paris, em 2015, se limitou ao objetivo de “fortalecer a resposta global à ameaça das mudanças climáticas, no contexto do desenvolvimento sustentável e dos esforços para erradicar a pobreza”. A decisão acerca dos fósseis ficou para as Conferências das Partes (COP), mas um consenso segue sendo minado pela divergência e pelos interesses geopolíticos dos países.

A COP26, realizada em Glasgow, na Escócia, foi pioneira ao introduzir o debate sobre o carvão entre sua eliminação completa (phase out) e sua redução gradual (phase down), sendo esta última a formulação que prevaleceu na declaração final. Já a COP28, em Dubai, marcou uma ruptura ao incluir os combustíveis fósseis de forma geral no conceito de *transitioning away* (“transitar para longe”), sugerindo um processo de afastamento ou abandono sem definir um ponto final explícito.

Pretendendo ser a “COP da Implementação”, a proposta do Brasil de estabelecer um mapa do caminho para os combustíveis fósseis acabou não avançando nos textos finais da COP30, em Belém. Ainda assim, o apoio de mais de 80 países, a previsão de uma conferência específica na Colômbia e o compromisso de desenvolver o *roadmap* durante a presidência brasileira — que seguirá

ao longo de 2026 até a realização da COP31, na Turquia — indicam que o tema é agora incontornável.

A mensagem de que a implementação deve tornar-se o novo parâmetro de ambição da agenda climática enfrenta, contudo, um cenário geopolítico adverso. A retirada dos Estados Unidos do Acordo, além de ampliar a lacuna para manter vivo o objetivo de 1,5°C, intensificou a disputa por influência no mercado internacional de petróleo. Embora países exportadores, como Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos, estejam investindo em energia limpa, isso não significa renunciar às receitas do petróleo nem a sua posição estratégica no setor. Pelo contrário, o foco na descarbonização da economia nacional garante excedente exportável.

Por outro lado, grandes consumidores como a China e a Índia não abrem mão — nem podem — de energia disponível, acessível e confiável para sustentar a ascensão social e a erradicação da pobreza. Mesmo o Brasil, potência ambiental e detentor de uma das matrizes energéticas mais limpas do planeta, também mobiliza seus recursos e novas fronteiras energéticas como parte de sua atuação geopolítica.

A situação pode influenciar o papel dos combustíveis fósseis no futuro e reflete, em palavras, o peso do contexto geopolítico, dos choques de poder entre os países e das contradições do atual paradigma energético.

DOI 10.21544/2446-7014.n223.p17.

- ▶ [It's the Internet, Stupid](#)
PERSUASION, Francis Fukuyama
- ▶ [Explaining US Strategy Toward Venezuela](#)
GEOPOLITICAL FUTURES, Allison Fedirka
- ▶ [The Age of the Mercenary Is Here to Stay](#)
THE NATIONAL INTEREST, Amar Singh Bhandal
- ▶ [AUKUS 'ambiguities' will need to be worked through](#)
ASPI, Euan Graham
- ▶ [Rethinking the Arctic Threat Landscape](#)
USNI, James W. E. Smith

CALENDÁRIO GEOCORRENTE

DEZEMBRO

Principais eventos entre 03 e 28 de dezembro

<p>03</p>  <p>EGITO ELEIÇÕES LEGISLATIVAS</p>	<p>03 - 05</p>  <p>BRASIL CÚPULA MERCOCIDADES</p>	<p>04 - 06</p>  <p>ÍNDIA 23ª CÚPULA ANUAL ÍNDIA-RÚSSIA</p>	<p>06 - 07</p>  <p>CATAR FÓRUM DE DOHA</p>
<p>14</p>  <p>CHILE SEGUNDO TURNO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS</p>	<p>16 - 17</p>  <p>ESTADOS UNIDOS REUNIÃO DE ALTO NÍVEL DA ASSEMBLEIA GERAL DA ONU SOBRE A RESOLUÇÃO 70/125</p>	<p>18 - 19</p>  <p>BÉLGICA REUNIÃO DO CONSELHO EUROPEU</p>	<p>28</p>  <p>KOSOVO ELEIÇÕES PARLAMENTARES</p>

Porto de Posorja e a consolidação do Equador no tráfico transnacional de drogas

[The Container Port Performance Index 2020 to 2024: Trends and Lessons Learned](#). World Bank Group, 2025. Acesso em: 24 out. 2025.
[‘STAINED With Blood’: New Port Brings Violent Drug Cartels to Ecuador Fishing Town](#). Organized Crime and Corruption Reporting Project, 11 set. 2025. Acesso em 24 nov. 2025.

EUA e Paquistão: a geopolítica dos minerais críticos e o Porto de Pasni como ativo estratégico

HUSSAIN, Abid. [‘Strategic handshake’: How Pakistan is wooing Trump with critical minerals](#). Al Jazeera, 25 set. 2025. Acesso em: 10 out. 2025.

PAO, Jeff. [China tightens rules to block Pakistan rare earths exports to US](#). Asia Times, 10 out. 2025. Acesso em: 10 out. 2025.

Os protestos eleitorais na Tanzânia e o fim de um exemplo de estabilidade

PRINCEWILL, N. [Tanzanian police disposed of bodies after election violence, opposition alleges](#). CNN, 05 nov. 2025. Acesso em: 25 nov. 2025.

[What Next Following Tanzania’s “National Catastrophe”? Africa Center For Strategic Studies](#), 18 nov. 2025. Acesso em: 25 nov. 2025.

Protestos liderados pela juventude abalam a atual conjuntura política de Madagascar

[Madagascar’s new prime minister named after military coup](#). Al Jazeera, 20 out. 2025. Acesso em: 28 nov. 2025.

[Madagascar’s president dissolves government amid youth-led protests](#). The Guardian, 29 set. 2025. Acesso em: 28 nov. 2025.

O pacote anual da União Europeia e o futuro da Defesa do bloco

[2025 Enlargement Package shows progress towards EU membership for key enlargement partners](#). European Commission, 04 nov. 2025. Acesso em: 05 nov. 2025.

WYMAN, Oliver. [Europe Needs New Industrial Priorities To Deliver On Defense Pledges](#). Forbes, 06 nov. 2025. Acesso em: 06 nov. 2025.

Operação “Highmast”: presença naval de Londres ao redor do globo

[HMS Prince of Wales leads Carrier Strike Group through Suez Canal after Indo-Pacific mission](#) [Ibfs](#) [Ibfs Forces News](#), 31 out. 2025. Acesso em: 28 nov. 2025.

[UK ‘steps up for European security’ as Carrier Strike Group declared fully mission ready](#) [Royal Navy News](#), 17 nov. 2025. Acesso em: 28 nov. 2025.

O Saara Ocidental: uma virada diplomática

[Western Sahara: Morocco secures diplomatic victory at the UN](#). Le Monde, 31 out. 2025. Acesso em 27 nov. 2025.

[The UN’s Western Sahara vote marks a diplomatic ‘Green March’](#). Atlantic Council, 14 nov. 2025. Acesso em 27 nov. 2025.

As negociações de paz no conflito russo-ucraniano

[Kremlin Adviser Says U.S.-Russia Peace Talks Still Alive, Contradicting Deputy Foreign Minister](#). The Moscow Times, 09 out. 2025. Acesso em 07 nov. 2025.

[Russia sets out punitive terms at peace talks with Ukraine](#). Reuters, 03 jun. 2025. Acesso em 07 nov. 2025.

Os ataques ao setor energético russo e o conflito na Ucrânia

[Exclusive: Russia using spare oil refining capacity to offset Ukrainian drone damage, sources say](#) [Reuters](#), 13 de nov. 2025. Acesso em: 28 nov. 2025.

[Russia’s oil revenues plunge just as US sanctions hit when Moscow can least afford it](#) [Business Insider](#), 07 nov. 2025. Acesso em: 28 nov. 2025.

A China e o desenvolvimento do caça de sexta geração “J-36”: a corrida pela Supremacia Aérea

[China’s updated sixth-generation fighter jets put US on notice for air supremacy](#) [South China Morning Post](#), 02 nov. 2025. Acesso em: 03 nov. 2025.

Taulois, Pedro Luiz [A estratégia Antiacesso/Negação de Área \(A2/AD\)](#). [Marinha do Brasil](#), 13 mar. 2023. Acesso em: 05 nov. 2025.

Paquistão, China e perspectivas para o Plano Marítimo 2025-2029

Bashir, M.F., MA, B., Qin, Y. et al. [Evaluation of One Belt One Road publications: a bibliometric and literature review analysis](#). Environ Sci Pollut Res 28, 37016–37030 (2021).

A expansão do escopo militar de Manila e Washington

[New U.S.-Philippine military task force could evolve into multinational unit](#) - [The Japan Times](#), 28 nov. 2025

[US-Philippine task force to reestablish South China Sea ‘deterrence’](#) [Defense News](#), 21 nov. 2025

O Corredor Ártico: do bloqueio Naval moderno ao risco ambiental

BRUMFIELD, Cynthia. [Foreign hackers breached a US nuclear weapons plant via SharePoint flaws](#). [CSO Online](#). Acesso em 28 de outubro de 2025

EBERLY, David. [U.S. Nuclear Supply Chain Exposed in Cyberattack on Key Facility](#). [The National CIO Review](#). Acesso em: 25 out. 2025

A geopolítica por trás do roadmap global dos combustíveis fósseis

[Roteiro para transição dos fósseis buscará neutralidade e produtores de petróleo](#). [EIXOS](#), 24 nov. 2025.

Global Mutirão: [Uniting humanity in a global mobilization against climate change](#). [UNFCCC](#), 22 nov. 2025.

O mapa inicial (pág 04) do Boletim foi produzido pelo MapChart e segue as diretrizes da Creative Commons.

Os valores em moeda expressos neste Boletim estão padronizados em Dólar Estadunidense, utilizando a conversão do Banco Central do Brasil, no dia da publicação desta edição.

O mapa intitulado “Principais Riscos Globais”, exposto na página 04 deste Boletim, foi elaborado pelos integrantes do Núcleo de Avaliação da Conjuntura da Escola de Guerra Naval. Os critérios utilizados para analisar os fenômenos internacionais e determinar quais devem constar no mapa se baseiam na relevância destes para o Brasil, sendo eles: presença de brasileiros residentes na região, influência na economia brasileira e o impacto no Entorno Estratégico brasileiro. Os parâmetros para categorização dos riscos seguem os interesses dos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, relevância dos atores envolvidos, repercussão internacional, impacto regional e a possibilidade da escalada de tensões. Após a seleção

dos fenômenos, estes podem ser categorizados em alto risco (vermelho), quando avalia-se grande instabilidade social, política, militar ou econômica; e também, em médio risco (laranja), para principais situações de agravamento de riscos observados. Os países em cinza representam conflitos monitorados; caso tenha agravamento do risco, este passa a ser vermelho ou laranja.

As análises são refeitas a cada edição do Boletim, com o objetivo de reavaliar e atualizar as regiões demarcadas, bem como a cor utilizada em cada um. Desta forma, são sempre observados os principais fenômenos, distribuídos em alto e médio risco. Abaixo, encontram-se links sobre os riscos apontados no mapa:

Por: Matheus Moreira

▶ ALTO RISCO:

•GUINÉ-BISSAU - Conflito interno: [Guiné-Bissau: Sissoco refugia-se no Congo após golpe militar](#). DW, 29 nov. 2025. Acesso em: 03 dez. 2025.

•HAITI - Conflitos internos: [US sanctions high-ranking Haitian official and accuses him of supporting gangs](#). AP News, 25 nov. 2025. Acesso em: 01 dez. 2025.

•IÊMEN - Conflito regional: [Tribunal Houthi condena 17 à morte acusados de espionagem para Israel e o Ocidente](#). Reuters, 23 nov. 2025. Acesso em: 25 nov. 2025.

•IRÃ - Conflito regional: [Iran says U.S. becomes "biggest threat" to int'l peace, security](#). Xinhua, 01 dez. 2025. Acesso em: 03 nov. 2025.

•ISRAEL - Conflito regional: [Israeli settlers assault pro-Palestine activists near Jericho](#). Arab News, 30 nov. 2025. Acesso em: 01 dez. 2025.

•LÍBANO - Conflito regional: [Líder do Hezbollah deixa aberta possibilidade de nova guerra com Israel](#). CNN, 28 nov. 2025. Acesso em: 03 dez. 2025.

•REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO - Conflito regional: [DR Congo, Rwanda leaders to sign peace deal in US](#). DW, 29 nov. 2025. Acesso em: 03 dez. 2025.

•RÚSSIA E UCRÂNIA - Conflito militar: [Russia launches largest aerial assault on Ukraine in a month as Kyiv delegation heads for US peace talks](#). CNN, 30 nov. 2025. Acesso em: 01 dez. 2025.

•SÍRIA - Conflito regional: [Operação de Israel deixa 13 mortos no sul da Síria, diz mídia estatal](#). CNN, 28 nov. 2025. Acesso em: 03 dez. 2025.

•SUDÃO - Conflito interno: [Mass displacement, trafficking fears deepen crisis in Sudan's El Fasher](#). UN News, 27 nov. 2025. Acesso em: 03 dez. 2025.

•VENEZUELA - Conflito sociopolítico: [Como vivem os venezuelanos com a possibilidade de ataque dos EUA: 'O que mais preocupa é a comida'](#). BBC, 26 nov. 2025. Acesso em: 01 dez. 2025.

▶ MÉDIO RISCO:

•AFEGANISTÃO E PAQUISTÃO - Disputa fronteiriça: [Fresh round of Afghanistan-Pakistan talks fails to reach a deal, officials say](#). Reuters, 25 nov. 2025. Acesso em: 25 nov. 2025.

•BURKINA FASO - Crise sociopolítica: [Niger and Burkina Faso Welcome UN Resolution 2797](#). Morocco World News, 02 dez. 2025. Acesso em: 03 dez. 2025.

•COLÔMBIA - Crise sociopolítica: [Colombia's armed groups are experimenting with deadly drones](#). The Economist, 25 nov. 2025. Acesso em: 01 dez. 2025.

•EQUADOR - Crise sociopolítica: [Ecuador's Official Security Claims Belie Reality](#). InSight Crime, 28 nov. 2025. Acesso em: 01 dez. 2025.

•GUINÉ - Crise sociopolítica: [UN condemns kidnapping of Guinea singer Elie Kamano's relatives](#). Africa News, 04 nov. 2025. Acesso em: 10 nov. 2025.

•IRAQUE - Crise regional: [Iraq: UN mission ends, with pledge of continued support](#). UN News, 02 dez. 2025. Acesso em: 03 dez. 2025.

•MADAGASCAR - Crise interna: [Macron pledges 'support of France' to Madagascar leader after takeover](#). **Le Monde**, 29 nov. 2025. Acesso em: 03 dez. 2025

•MALI - Crise sociopolítica: [Russian mercenaries accused of cold-blooded killings in Mali](#) - **BBC**, 25 nov 2025. Acesso em: 03 dez. 2025.

•MAR DO CARIBE - Crise Regional: [Venezuela acusa EUA de “assassinato” após reconhecer mortes no Caribe](#). **CNN**, 30 nov. 2025. Acesso em: 01 dez. 2025.

•MAR VERMELHO - Risco a travessia: [Maersk to return to Red Sea route as soon as conditions allow, CEO says](#). **The Times of Israel**, 25 nov. 2025. Acesso em: 25 nov. 2025.

•MAR DO SUL DA CHINA - Crise regional: [Philippines Challenges Chinese Forces at Scarborough Shoal](#). **Naval News**, 24 nov. 2025. Acesso em: 25 nov. 2025.

•MAR MEDITERRÂNIO - Risco na rota migratória: [Journey through the world's deadliest migration route](#). **The Star**, 24 nov. 2025. Acesso em: 25 nov. 2025.

•MIANMAR - Crise interna: [Opium poppy farming hits 10-year high in war-torn Myanmar](#). **Al Jazeera**, 03 dez. 2025. Acesso em: 03 dez. 2025

•MOÇAMBIQUE - Crise interna: [Mozambique: ‘Civilians were killed, some were even beheaded’](#). **UN News**, 02 dez. 2025. Acesso em: 03 dez. 2025.

•NEPAL - Crise interna: [Nepal Gen Z protest: Curfew reimposed in Bara district; at least 10 injured](#). **The Hindu**, 20 nov. 2025. Acesso em: 25 nov. 2025.

•NICARÁGUA - Crise sociopolítica: [Ortega y Murillo refuerzan su dominio total sobre los empleados públicos con una declaración patrimonial obligatoria](#). **El País**, 22 nov. 2025. Acesso em: 25 nov. 2025.

•NÍGER - Crise sociopolítica: [Niger and Burkina Faso Welcome UN Resolution 2797](#). **Morocco World News**, 02 dez. 2025. Acesso em: 03 dez. 2025.

•NIGÉRIA - Crise interna: [Armed men kidnap 13 women in Nigeria’s latest abduction](#). **Al Jazeera**, 30 nov. 2025. Acesso em: 03 dez. 2025.

•SOMÁLIA - Crise interna: [Video: Somalia drought threatens mass starvation as aid slows down](#). **Al Jazeera**, 26. nov. 2025. Acesso em: 03 dez. 2025.

•TANZÂNIA - Crise sociopolítica: [Tanzanian president defends police after hundreds killed in October election protests](#). **CNN**, 02 dez. 2025. Acesso em: 03 dez. 2025.

► EM MONITORAMENTO:

•AFEGANISTÃO - Instabilidade sociopolítica: [Afghanistan's Taliban rulers carry out public execution in sports stadium](#). **Euronews**, 02 dez. 2025. Acesso em: 03 dez. 2025.

•ARMÊNIA E AZERBAIJÃO - Instabilidade regional: [Turkey Sets Peace Agreement Between Armenia And Azerbaijan as Condition For Normalization](#). **Caucasus Watch**, 24 nov. 2025. Acesso em: 25 nov. 2025.

•BANGLADESH - Instabilidade sociopolítica: [Tulip Siddiq MP given jail sentence in Bangladesh after trial in her absence](#). **BBC**, 01 dez. 2025. Acesso em: 03 dez. 2025.

•CAMBOJA E TAILÂNDIA - Disputa fronteiriça: [The Latest on Southeast Asia: Thailand-Cambodia Tensions Continue](#). **Center for Strategic & International Studies**, 21 nov. de 2025. Acesso em: 26 nov. 2025.

•ETIÓPIA - Instabilidade interna: [Is war between Ethiopia & Eritrea inevitable?: Mehdi Hasan & Getachew Reda](#). **Al Jazeera**, 02 dez. 2025. Acesso em: 03 dez. 2025.

•GUIANA E VENEZUELA - Disputa fronteiriça: [Saiba quais países apoiam os EUA em operações no Caribe e como isso é feito](#). **CNN**, 22 nov. 2025. Acesso em: 25 nov. 2025.

•PENÍNSULA COREANA - Instabilidade regional: [South Korean President Says Unification Is Ultimate Goal](#). **The Diplomat**, 25 nov. 2025. Acesso em: 03 dez. 2025.

•PERU - Instabilidade sociopolítica: [Peru tem dois ex-presidentes condenados à prisão em 2 dias](#). **DW**, 28 nov. 2025. Acesso em: 01 dez. 2025.

•SENEGAL - Instabilidade sociopolítica: [Sénégal : des signes d'apaisement entre Diomaye Faye et Sonko](#). **Africa News**, 20 nov. 2025. Acesso em: 25 nov. 2025.

•SUDÃO DO SUL - Instabilidade regional: [UN Security Council Should Resist South Sudan Attempt to Undermine Peacekeep](#). **Human Rights Watch**, 18 nov. 2025. Acesso em: 25 nov. 2025.

•TAIWAN - Instabilidade regional: [Taiwan says China sometimes stages mock attacks on foreign navy ships in strait](#) | **Reuters**. , 3 dez. 2025. Acesso em: 3 dez. 2025.